

**O dogmatismo conservador: quem tem medo na América Latina? – Parte I****Paulo Tempestini<sup>1</sup>**

“O conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de um homem e todas as espécies de associações possíveis podem colocar alguém na posição de impor a sua vontade em uma determinada situação. O conceito de dominação deve por isso, ser mais preciso e só pode significar a possibilidade de que um mandato seja obedecido”. Max Weber.

Em recente editorial, o jornal O Estado de São Paulo fez crítica contundente aos primeiros pronunciamentos do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, em temas de política externa para a América Latina. O centro das preocupações do editorialista foi a manifestação de Lula da Silva a favor de uma integração política da América Latina por meio da instituição de um Parlamento latino-americano nos moldes do Parlamento da União Européia.

A resistência às considerações do futuro presidente, e o temor das suas repercussões entre nossos vizinhos, contidos no presente editorial, sugeriam atar o futuro governo ao conhecido nó górdio do dogmatismo conservador em relações internacionais. Dogmatismo que tem imobilizado nas últimas quatro décadas toda a ação externa de nossos presidentes, quando o assunto é nossa relação com a América Latina. Nesse caso, o falso dogma conservador seria, em tese que: qualquer proposta de integração sul-americana, lançada por nossos presidentes, constitui intervenção descabida à autodeterminação de nossos vizinhos, e por princípio, serão por eles consideradas ilegítimas e descartadas a priori.

O dogmatismo em relações internacionais, tão francamente defendido e exposto no referido editorial, é mais um exemplo da dificuldade que o conservadorismo militante impõe aos nossos governantes, quando esses tentam formular princípios de ação para a política externa do Brasil. Dessa vez, o pito conservador quem leva é Luiz Inácio Lula da Silva.

O que impede que tenhamos um princípio efetivo multipartidário em política externa, ou em termos menos acadêmicos, um consenso político nacional em temas de política externa, que o legitime, é o dogma conservador do “não agir politicamente” em termos propositivos. Dogma que o editorialista defendeu com naturalidade. Devemos acatar agendas multilaterais, propostas por outros e negociadas entre muitos em agências e organismos internacionais. Meteremos nossa colher nessas agendas, defendendo nossas “necessidades adaptativas” (termos do editorial), quando e se formos convidados a usar a palavra, bem entendido.

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Ciência Política

Professor do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Vol. 2 – nº1, 2003

Antes de se propor a identificar as confusões de Lula sobre política externa, o editorial deveria ter evitado de produzir as suas próprias. Quando compara MERCOSUL a União Européia é inequívoco o desconhecimento dos fatos históricos europeus dos anos da guerra fria. Afirmar, sem mais nem menos, que economia e política andavam desvencilhadas nesses anos, e que o maniqueísmo do conflito leste-oeste, o cheiro de guerra no ar, entre 1947 e 1994, não eram paradigmas políticos e institucionais que povoavam a mente até do mais comum dos cidadãos europeus, e em seu caldo nasceram as instituições econômicas da Europa atual, é algo difícil de se aceitar.

Uma Europa repartida entre os esquemas de segurança dos exércitos hostis de duas superpotências nucleares (OTAN e Pacto de Varsóvia), era também a Europa que se repartia entre dois modelos de economia e integração. Integração de capitalistas ou integração de estados socialistas burocráticos: economia de mercado ou socialismo de estado, CEE ou COMECOM. Paradigmas da guerra fria eram paradigmas de segurança político-militar... e paradigmas políticos de integração econômica. Duas superestruturas de integração (termo utilizado no editorial) se digladiaram na Europa por quatro décadas até que, finalmente, a capitalista suplanta em definitivo a socialista burocrática. Isso se considerarmos, como fecho desse processo, o relevante ato político da Comunidade Econômica Européia, este ano, de assumir o ônus de integrar-se as economias do leste europeu. Lembrando de que esse ato é muito mais que simbólico: essas economias são sobreviventes do ocaso estatal comunista; com suas burocracias imensas, ineficiências fiscais e baixos índices de produtividade. Riscos políticos e econômicos à integração européia, ônus testado em menor escala por Helmut Kõln, ao integrar alemães orientais e ocidentais sobre a mesma República Federal Alemã.

A esfera da economia não se desvencilha tão facilmente da esfera política, no discurso, como pretendem os ativistas do dogmatismo conservador em relações internacionais. Pelo menos, não quando fatos da história estão ainda frescos em nossa memória.

Passando ao largo da história, aquele editorial fugiu da verdadeira questão por traz das declarações do futuro presidente: quais são as “dificuldades objetivas para que a integração avance”? Quem tem medo da integração política? E por que?

Como o editorialista não nomeia diretamente quem reage com perplexidade às declarações de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil ou no exterior, só podemos inferir que ele se utiliza de outro dogma conservador que afirma que, em política, deve-se nomear sempre as partes pelo todo, para confundir os adversários. Esse segundo dogma – verdadeiro erro de metonímia política, o tão conhecido “l’etat c’est moi” – pretende que se confundam os eventuais partidos no governo com a estrutura administrativa do próprio governo de uma nação – ou o que é pior nesse caso, com o “espírito vivo” de uma nação.

Devemos evitar a malícia (contida no editorial) e nos formular a pergunta em termos conceituais explícitos: que parcela significativa das forças conservadoras no Brasil, ou entre nossos vizinhos, se sentem perplexas com os ideais de Luiz Inácio Lula da Silva? Que há tanto aqui no Brasil, como acolá, por traz de nossas fronteiras, quem tema o PT e Lula da Silva, o próprio editorialista nos confirma, ao nos lembrar “quão rombudamente investiu Carlos Menem contra o então presidencial petista” (palavras

Vol. 2 – nº1, 2003

do editorialista). Contudo, é fato reconhecido por todos, o equívoco de se acreditar que representaria a legítima voz da nação o bordão desse dogmatismo conservador, o “tenho medo” inserido na campanha eleitoral de 2002. Cinquenta e dois milhões de brasileiros solenemente o ignoraram, e o descartaram junto com o candidato oficial, que o lançou na mídia. O fato incontestável, nas recentes eleições, é que esse dogmatismo conservador não representa o “espírito da nação”, e esse bordão de intenção política duvidosa foi deslegitimado pela sociedade brasileira.

Se é claro, pelo exposto acima, que a perplexidade dogmática, neste caso, se restringe e alcança somente as hostes dos leitores do jornal O Estado de São Paulo, e não pode ser imputada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nem às Forças Armadas do Brasil, ou aos partidos vencedores na eleição de outubro e seus eleitores, falta legitimidade para afirmar que os conservadores brasileiros ao se indignarem, quem de fato se indigna é a nação brasileira ou as demais nações sul-americanas. Ou, o que é pior, por serem o “espírito vivo” da nação esses conservadores sabem o que é bom senso em política nacional ou externa. Aliás, inclusive, para imporem essa falsa distinção entre política nacional e externa, de “internalidades” e “externalidades” da práxis política no exercício político da presidência. Como se a arte da política em um mundo globalizado comportasse as conceituações de manuais de teoria política dos tempos do Marquês de Pombal. O Brasil é uma república presidencialista. Não temos no Brasil divisão executiva do poder da presidência. Por ser presidência é poder soberano, e por ser soberano é indivisível. Luiz Inácio Lula da Silva será o presidente do Brasil, em 2003, não só dentro do país mas no exterior também.

A questão a saber, e de importante conceituação, é se a sociedade brasileira que legitimou a esse presidente no Brasil, e a esse espírito de mudança, tem a legitimidade necessária, junto às demais sociedades latino-americanas, para propor a integração política do continente. Seria esse espírito de mudança legítimo de ser divulgado pelo futuro presidente do Brasil aos seus interlocutores no continente – sejam eles presidentes ou líderes opositores em seus respectivos países?

A legitimação desse espírito de mudança não será, como poderiam pensar os mais afoitos, o compromisso de nossos vizinhos com o projeto político de Luiz Inácio Lula da Silva, ou com os objetivos nacionais brasileiros. Mas ela poderá ocorrer se essas sociedades sentirem que, no Brasil, há um movimento de mudanças nos valores políticos similar aos seus. A possibilidade existe. Isso se pensarmos, no caso, a representação política real das sociedades sul-americanas não a sua idealização conservadora. Ao contrário do que afirmou o editorial, ou deixa transparecer nas entrelinhas, foi-se os tempos das ditaduras latino-americanas, dos “homens fortes”, dos consensos oligárquicos. A democracia é a moeda corrente das negociações políticas no continente. Situações e oposições partidárias latino-americanas têm muito a propor e negociar em termos de integração econômica no continente.

Os conservadores brasileiros poderiam afirmar que essa democracia sul-americana é frágil. Olhariam para a Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e diriam, provavelmente, que seria uma temeridade integrar o continente por meio da institucionalização de um processo parlamentar latino-americano. As propostas de “mudanças radicais” vindas de países com governos e partidos “radicais” como o Brasil impediriam o “consenso” com as elites latino-americanas que passam por crises, como

Vol. 2 – nº1, 2003

as dos países citados acima. Ou pior, talvez agravassem essas mesmas crises internas. O temor da “contaminação radical” dos anti-globalização desencadeando a variante ibero-americana do bordão conservador brasileiro: “tengo miedo que venga a nacer un Lula en mi país”.

Só que esse seria um falso alarme. A contaminação em parte já ocorreu, se por contaminação os conservadores pensam ser a identificação de valores comuns entre as oposições partidárias no continente e o fenômeno eleitoral petista. Só para citarmos um caso, o que dizer, por exemplo, acerca das negociações de um publicitário brasileiro, vencedor das eleições de novembro, com um pré-candidato às eleições presidenciais argentinas? Seria um exemplo de “intromissão” indevida do Brasil nos assuntos internos da Argentina se um partido brasileiro mantivesse contatos com partidos argentinos? O Brasil infringiu a autodeterminação dos povos, ao exportar o marketing das mudanças? Nesse caso seria mais justo argumentar que teria havido uma convergência entre setores excluídos da política partidária argentina e o fenômeno petista; uns querendo exportar seu prestígio político recém adquirido, outros, na sua ausência, tomando-o emprestado para se lançarem na arena eleitoral.

As visitas do presidente eleito à Argentina e ao Chile, bem como os contatos que ele manteve em 6 de dezembro, na Granja do Torto, com os presidentes e chanceleres que vieram a Brasília para o Encontro de Chanceleres do MERCOSUL, demonstra que o editorial subestimou o entendimento dos líderes latino-americanos sobre as propostas de Lula da Silva. No Chile, o presidente Ricardo Lagos afirmou que seu país poderia participar do MERCOSUL se ele for concebido de outro modo, que não uma simples união tarifária. Citou como exemplo, a possibilidade do MERCOSUL ser uma união política que tratasse de assuntos macroeconômicos, câmbio e integração dos países sul-americanos. Ora, o editorialista poderia afirmar ser Ricardo Lagos um socialista, e, mesmo adotando seu governo a linha econômica liberal, simpatizaria com os temas da agenda latino-americana do PT e do futuro presidente do Brasil. Contudo, se assim o fizesse, estaria confirmando que o “temor da integração”, o “temor a Lula” é do conservadorismo, até mesmo no Chile, e não dos latino-americanos em si mesmos.

A tentativa de reduzir a margem de manobra do presidente eleito, ao cercear seu direito de propor a integração latino-americana, com o argumento pífio de que a proposta é ingênua, mas desculpável por vir de quem é noviço nas relações internacionais, não se sustenta nos fatos. O sintético bom senso do editorialista colide com a complexidade das negociações comerciais no continente. Só para ficarmos no exemplo chileno, pensemos nos acontecimentos em torno da visita de Lula da Silva ao presidente daquele país. Ricardo Lagos afirmou não haver interesse em integrar-se ao MERCOSUL se ele fosse uma simples união aduaneira. Essa tão categórica afirmação não era fortuita, muito menos inflexível. Era a retórica realista de um governo que estava para receber alguns dias mais tarde a visita do representante dos EUA, que apresentaria a agenda George W. Bush para o acordo bilateral de comércio entre os dois países. Quem acompanhou esse segundo encontro percebeu que o Chile não está perdido para o MERCOSUL.

O presidente Ricardo Lagos foi surpreendido por uma proposta que, em síntese, nada cedeu ao Chile, mas muito dele cobrou. George W. Bush bateu de frente com a agroindústria e o setor farmacêutico chilenos, ao revelar sua intenção de levantar barreiras alfandegárias à importação de laticínios, e contestar o prazo das patentes de

Vol. 2 – nº1, 2003

remédios fabricados no Chile. Sem nada ceder em troca, ficou claro que a intenção de George W. Bush é usar o precedente do que for negociado com o Chile para formular sua agenda para a ALCA, em 2003. Como Ricardo Lagos afirmou que só assinará o acordo bilateral com os EUA se ele for de fato bom para o Chile, há espaço e tempo hábil para o governo brasileiro semear alianças dentro do Chile, com os setores descontentes com a proposta dos EUA, e fora do Chile, com os setores que se sentem ameaçados com a postura de Washington. Portanto, o futuro governo do Brasil não tem porque abrir mão de lançar à mesa do MERCOSUL sua própria agenda, que inclui a integração rápida do Chile, Bolívia e países andinos.

A batalha pela legitimidade na América do Sul não está comprometida, pela camisa de força das “necessidades adaptativas”, como afirmou o editorialista. Se nesse ponto se revela a questão da legitimidade, é que ao contrário do que pensou o editorialista, essa sim não pode ser posta de lado em nome da eficiência da ação política do estado brasileiro no exterior. Por o carro na frente dos bois, no caso, é ser “eficiente” no sentido conservador e legitimar-se na sociedade que nega esse conservadorismo depois. A afirmação vale tanto no Brasil como no Chile. A “ineficiência” do trator diplomático de Washington, em Santiago, é evidente: até uma economia que se sente “integrada” ao modelo George W. Bush de comércio se sente obrigada a não legitimar esse modelo.

Difícil será explicar à nação brasileira que as negociações em torno da ALCA e do MERCOSUL devam ser, em nome do “realismo” dos conservadores brasileiros, um mero jogo de cena. Difícil será manter a legitimidade do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva se os índices socio-econômicos de seu governo forem piores do que os de FHC, e por não ter ele rompido com as causas do enfraquecimento e erosão da capacidade produtiva da nação, ao se submeter ao “bom senso” de ser omissa na sua agenda política – e agradar aos dogmáticos conservadores brasileiros – ao desistir de construir uma alternativa legítima de integração no continente.

Impor o cronograma da ALCA como fatídico, e afirmar que não importa o que se negocie, deve Luiz Inácio Lula da Silva acatar a agenda de George W. Bush no dia D da assinatura do acordo, será enterrar mais um presidente brasileiro na vala comum desse “dogmatismo conservador” em relações internacionais. Não importa quais sejam as conseqüências de uma administração federal omissa em seus deveres externos, como o editorial do Estado de S. Paulo tão orgulhosamente propôs, o que importa é que serão mais algumas décadas perdidas para o Brasil e a América do Sul, na sua luta pela sobrevivência.